

Tmcel: urgente responsabilização criminal dos corruptos que delapidaram a empresa

- Não foi a concorrência que matou a Mcel, mas sim a corrupção. Além de enriquecer os gestores da empresa e governantes, o dinheiro foi usado para financiar campanhas eleitorais da Frelimo, como acontece com quase todas as empresas controladas pelo Estado. Por isso, o CDD defende que antes da intervenção proposta – que implica privatizar a empresa e o Governo assumir a dívida de mais de 400 milhões de dólares – deve haver responsabilização criminal das pessoas que delapidaram os fundos da extinta Mcel. Os moçambicanos não devem ser obrigados a pagar mais uma dívida resultante da corrupção.



- Uma investigação independente à actual administração da Tmcel é necessária sobretudo para apurar a gestão que é feita ao vasto património imobiliária herdado da fusão da Mcel e TDM. Sabe-se que em 2019 a Tmcel vendeu por 47 milhões de dólares uma propriedade de 12 hectares localizada no Bairro Sommerschild, zona nobre da Cidade de Maputo. Trata-se de instalações que pertenciam à extinta TDM e que foram compradas pela petrolífera norte-americana ExxonMobil. Será que o valor foi aplicado na melhoria da qualidade da rede e no pagamento de indemnizações aos trabalhadores dispensados no âmbito do redimensionamento da força de trabalho, tal como previsto?

O Governo reafirmou na semana passada a “situação complexa” da Tmcel, empresa de telefonia móvel controlada pelo Estado. Além da elevada dívida (mais de 400 milhões de dólares) com tendência de agravamento e dificuldades de pagamento de salários, a empresa está a perder a sua quota de mercado e opera num ambiente altamente concorrencial, com uma reputação e percepção dos clientes sobre a marca a deteriorarem-se progressivamente. As suas receitas estão em progressivo declínio e, a nível tecnológico, a empresa usa uma plataforma desactualizada e de vários fornecedores, levando a custos operacionais e de manutenção muito altos, deficiências na manutenção do *hardware* e do *software* que, grosso modo, estão no fim da sua vida útil e sem qualquer suporte do fornecedor¹.

Em Abril último, o Ministro dos Transportes de Comunicações, Mateus Magala, anunciou que o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) passaria a gerir o dia-a-dia da Tmcel, enquanto se procurava uma comissão para a gestão da empresa². Um relatório de avaliação encomendado pelo Governo revelou que a Tmcel enfrenta problemas graves que, caso não sejam devidamente resolvidos, vão colocar a empresa numa situação de colapso e insolvência. “Perante esta difícil realidade, o Ministério dos Transportes e Comunicações e o IGEPE estão a criar um grupo consultivo de peritos internacionais para análises e recomendações apresentadas nos relatórios relacionados com a Tmcel, incluindo o relatório do Banco Mundial”³.

Das várias recomendações de intervenção apresentadas, “a mais aplicável seria encontrar um parceiro do capital social estratégico, isto é, uma operadora multinacional de telecomunicações”. Mas a viabilização desta recomendação implica vender um mínimo de 80% das acções da Tmcel e o Governo assumir todas as dívidas e empréstimos da

empresa, que totalizam mais de 400 milhões de dólares. As medidas para a viabilização da operação incluem ainda a redução do número de trabalhadores em 60% por cento (rescisão de contratos com pouco mais de mil trabalhadores, dos 1.700 existentes)⁴.

A Tmcel resultou da fusão das empresas de capitais públicos Moçambique Celular (Mcel) e Telecomunicações de Moçambique (TDM), um processo concluído em 2018. A fusão foi uma medida tomada pelo Governo em 2016 visando salvar as duas empresas que já estavam à beira da falência devido à má gestão que resultou na sua insustentabilidade e dívidas elevadas. As demonstrações financeiras dos últimos exercícios económicos antes da fusão mostravam que a TDM tinha um capital social de 2,8 biliões de meticais, enquanto da Mcel era de três biliões de meticais. Os activos tangíveis da TDM estavam avaliados em 10,8 biliões de meticais da Mcel em 11,8 biliões de meticais. No âmbito da fusão, fez-se uma reavaliação dos activos tangíveis aos preços actuais do mercado imobiliário e apurou-se um excedente de reavaliação no valor de 6,6 biliões de meticais. Isto significa que a nova empresa (Tmcel) herdou um património avaliado em cerca de 29 biliões de meticais⁵.

Aliás, no mês passado o Ministro dos Transportes e Comunicações disse que a Tmcel tem activos que valem mais do que o valor da dívida⁶. Já na semana passada, Mateus Magala reafirmou que a Tmcel possuiu um vasto património e uma considerável rede de infra-estruturas de telecomunicações, defendendo, por isso, que a empresa é estratégica e com potencial para gerar recursos para a sua sustentabilidade e financiar a economia⁷.

A extinta TDM foi criada em 1981 e durante décadas operou como empresa monopolista no ramo das telecomunicações em Moçambique. A empresa não conseguiu adaptar-se aos avanços tecnológicos que levaram ao

surgimento de empresas de telefonia móvel. Já a também extinta Mcel foi lançada em 1997 como a primeira empresa de telefonia móvel a operar em Moçambique. Passados seis anos, a Mcel passou a ter uma concorrente, mas ainda assim continuou a liderar o mercado. Em 2012, por exemplo, a empresa controlava 60% do mercado e apostava em soluções tecnológicas e inovadoras.

Mas não foi a concorrência que matou a Mcel. Foi a corrupção que transformou a Mcel num “saco azul” dos gestores e da elite política da Frelimo. Além de enriquecer os gestores e governantes, o dinheiro da Mcel foi usado para financiar campanhas eleitorais da Frelimo, como acontece com quase todas as empresas controladas pelo Estado. Por isso, o CDD defende que antes da intervenção – que implica privatizar a empresa e o Governo assumir a dívida de mais de 400 milhões de dólares – deve haver a responsabilização criminal das pessoas que delapidaram os fundos da extinta Mcel. Os moçambicanos não devem ser obrigados a pagar mais uma dívida resultante da corrupção.

O CDD defende ainda uma investigação independente à actual administração da Tmcel, sobretudo a sua actuação em relação à gestão dos activos imobiliários herdados da fusão das duas empresas. A Tmcel não deve ser privatizada antes de uma reavaliação do património da empresa, sobretudo os imóveis localizados em quase todo o país. Por exemplo, em Setembro de 2018, antes da conclusão da fusão da TDM e Mcel, os novos gestores assinaram um contrato de prestação de serviços de consultoria com a Broll Moçambique, visando a rentabilização dos seus activos imobiliários “não essenciais para o negócio”. A venda de activos foi justificada pela necessidade de financiar actividades essenciais, como a melhoria da qualidade da rede, bem como o processo de redimensionamento da força de trabalho⁸.

¹ <https://www.oeconomico.com/tmcel-vai-ser-privatizada/>

² <https://opais.co.mz/tmcel-passa-para-a-gestao-do-igepe/>

³ <https://www.oeconomico.com/tmcel-vai-ser-privatizada/>

⁴ <https://cartamz.com/index.php/politica/item/13678-governo-ainda-sem-solucao-para-tirar-tmcel-do-fundo-do-poco>

⁵ <https://verdade.co.mz/tmcel-assegura-200-milhoes-de-dolares-em-condicoes-muito-boas-para-modernizacao-e-expansao/>

⁶ <https://opais.co.mz/tmcel-passa-para-a-gestao-do-igepe/>

⁷ <https://cartamz.com/index.php/politica/item/13678-governo-ainda-sem-solucao-para-tirar-tmcel-do-fundo-do-poco>

⁸ <https://opais.co.mz/telecomunicacoes-tdm-e-mcel-reinventam-se-no-mercado/>

Quatro meses, a imprensa⁹ reportou a venda, por 47 milhões de dólares, de instalações da extinta TDM, nomeadamente uma propriedade de 12 hectares localizada no Bairro Sommerschild, na zona nobre da Cidade de

Maputo. A Tmcel vendeu a propriedade à petrolífera norte-americana ExxonMobil, operador do consórcio que detém os direitos de exploração de gás natural da Área 4 na Bacia do Rovuma. É importante apurar se os 47 mi-

lhões de dólares foram, de facto, aplicados na melhoria da qualidade da rede e no pagamento de indemnizações aos trabalhadores dispensados no âmbito do redimensionamento da força de trabalho.

⁹ <https://jornalnoticias.co.mz/economia/exxonmobil-e-tmcel-fecham-negocio/>



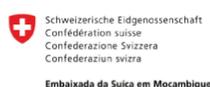
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Emídio Beúla
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

